

COLOCANDO QUEM PRODUZ DE JOELHOS

Para quem se diz entendedor de política nacional, saber que Lula é membro fundador do Foro de São Paulo e foi parabenizado pelas FARC e por membros prestigiados do Foro a cada vitória eleitoral do partido no Brasil é o mínimo que se espera. Sem compreender a relação de Lula com o Foro de São Paulo e o projeto de integração bolivariana da América Latina, sua agenda parece desconexa, sem sentido e fruto da incompetência de operários que chegaram ao poder. Mas por que Lula ergueria refinarias na Bolívia, reformaria metrô, construiria siderúrgicas na Venezuela e financiaria um gasoduto no Peru, se não fosse em nome do projeto de integração bolivariana e do senso de unidade política entre os membros fundadores do Foro de São Paulo?

A análise consensual da política interna padece de uma infantilidade crônica ao tratar as massivas transferências de riqueza para autocracias vizinhas via BNDES como meros erros gerenciais ou corrupção fisiológica. Tais atos executam, de forma deliberada, uma agenda supranacional estruturada para reconfigurar o poder no continente. O projeto de integração bolivariana está documentado pelos próprios promotores, e analisar o cenário doméstico ignorando essa engrenagem transnacional condena o país a marchar às cegas diante do desmonte de sua soberania.

Sob fachadas democráticas, o Foro de São Paulo opera uma coordenação na qual partidos institucionais e organizações suprapartidárias armadas convergem em um mesmo plano político — como era visível na Venezuela, que mantinha a unidade de comando de Maduro por meio da instrumentalização de narcomilícias e exércitos irregulares. Essa simbiose consolida o paradigma do narcopoder, fundindo a governabilidade estatal à dinâmica operacional de cartéis e milícias transnacionais. Ao enfraquecer o controle de fronteiras e ceder infraestrutura sob o pretexto de cooperação regional, o território nacional é convertido em arrimo financeiro e logístico de um consórcio criminoso, esvaziando as prerrogativas do Estado-nação.

E, para garantir a manutenção desse modelo, é necessário o estrangulamento da autonomia econômica da nação, com todos os poderes produtivos feitos reféns do partido — necessitando de subsídios e favores dos governantes para competir e sobreviver —, e com as instituições políticas completamente aparelhadas. A asfixia da classe produtiva por meio de tributação gradativa sobre o consumo e a riqueza não representa ajustes por má gestão e muito menos desatinos de operários populistas que chegaram ao poder; é uma agenda, um projeto de poder petista.

A forma como as instituições brasileiras vigiam e punem a classe média e produtiva é parte da agenda, que agora se encaminha para acumular poder suficiente para instrumentalizar todos os empreendimentos em território nacional ou mesmo inviabilizá-los.

Com o sistema de split payment — quando o sistema bancário ou a instituição de pagamentos separa automaticamente o valor correspondente aos tributos e o envia diretamente ao governo —, multas, taxaões e demais sanções serão cobradas instantaneamente, com garantias frágeis de que o produtor poderá reaver o dinheiro em caso de abuso, erro administrativo ou mesmo perseguição.

O PT colocou o Brasil nesse caminho e, quanto mais essa agenda avança, menor é a margem de manobra que o empresariado tem diante do poder do partido.

No fim das contas, o grande sonho de Lula não é um país próspero, onde ele goza de ampla popularidade, mas ter o poder de transformar toda a classe empresarial em seu ativo de política internacional. Lula não vai parar enquanto toda a economia nacional não estiver aos seus pés.

- **As transferências de recursos públicos a regimes vizinhos** revelam uma agenda supranacional orquestrada pelo Foro de São Paulo para reconfigurar o poder na América Latina.
- **A cooperação com estruturas transnacionais** enfraquece a soberania nacional e converte o território em sustentáculo logístico e financeiro do narcopoder.
- **A asfixia tributária do setor produtivo** busca controlar a classe empresarial e subordinar toda a economia interna aos interesses do partido.

